

A herança social do sismo de 1980

A um de janeiro de 1980, o mais violento terremoto dos últimos 200 anos em Portugal atingiu a Terceira, deixando cicatrizes que foram além das casas caídas. Quarenta anos depois, há quem defenda que Angra renasceu, mas como uma cidade das elites.

Muito permanece por estudar sobre o período após o sismo de 1980 na ilha Terceira. Não existem trabalhos aprofundados sobre a questão económica, a qualidade estrutural da reconstrução ou as consequências sociais.

Quarenta anos depois do sismo que, a um de janeiro, pelas 15h42, atingiu a ilha, a herança da reconstrução surge com aquilo que teve de bom, mas também há quem aponte falhas.

O sociólogo José Manuel Mendes, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, acredita que a reconstrução de Angra do Heroísmo foi feita “pelos elites e para as elites”.

“Em grandes cidades fala-se no capitalismo do desastre quando há uma catástrofe destas. Aqui não, porque não houve esse interesse de grandes empresas, como sucedeu, por exemplo, em Nova Orleães, em que estas se apropriaram da costa. Mas as consequências são iguais: A propósito do sismo, tirar as classes indesejáveis do centro da cidade, que é altamente valorizado”, afirma.

Em causa esteve, diz, um processo de nobilitação do centro. “Ao propor Angra, toda caída, para Património Mundial da Humanidade, essa classificação vai permitir uma reconstrução cuidada, atenta e muito ‘top down’”, sublinha, concluindo que Angra é hoje uma “cidade das elites”.

Considera que até na altura de distribuir as pessoas sinistradas pelos bairros, houve divisão social. “Vê-se claramente uma divisão social das pessoas afetadas. Quem vai para Terra Chã não é igual a quem vai para Santa Luzia ou para São João de Deus, ou até para a Praia da Vitória, para o bairro Joaquim Alves”, sublinha o sociólogo, que tem estudado cenários de catástrofe no país e a nível internacional. “Esta periferização das pessoas afetadas acontece quase sempre e sempre por vias socioeconómicas”, assinala.

Foi intencional? “Claro que era urgente. Podia haver pouco conhecimento, mas nunca houve um plano para as pessoas voltarem onde estavam antes e isso era possível. Em muitas cidades isso foi feito, por exemplo São Francisco, com o terremoto de 1908, onde as elites tentaram tirar os chineses, mas não conseguiram devido à diplomacia de desastre da China. Aqui, quem defende estas pessoas? Ninguém”. Também o economista e professor da Universidade dos Açores Tomaz Dentinho vê como um dos maiores pecados da reconstrução o surgimento dos bairros sociais. “Trouxe problemas gravíssimos”, resume.

“Muitas vezes, o problema dos sismos é a reação ao sismo e a construção de bairros sociais é uma dessas reações”, aponta.

Angra do Heroísmo, de acordo com números do economista, ficou após o terremoto com 70 por cento das casas para reabilitar. No final do processo de reconstrução, 70% das pessoas que estavam na cidade eram novas. “Não viviam cá antes”, afirma.

Bairros como o de Santa Luzia - em que as pessoas compraram as casas - junto ao centro e com outras condições, mesmo assim não foram pensados da melhor forma, considera Tomaz Dentinho. “É uma estrutura que não tem comércio, não há um sítio natural para as pessoas se encontrarem. Há uma série de aspetos que foram mal planeados”, defende.

Independentemente do que o passado guarda, o sociólogo José Manuel Mendes gostava de ver em bairros

como o da Terra Chã um projeto de futuro. “Em que as pessoas, como cidadãos e cidadãs, fossem integradas na lógica de planeamento e se sentissem ancoradas. A pergunta que se tem de fazer é se aquilo é o chão daquelas pessoas. Eu acho que não”.

O OUTRO LADO

O historiador Francisco Maduro Dias, que viria a ficar responsável pelo Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, estava fora da ilha quando o sismo com magnitude de 7.2 na escala de Richter sacudiu a Terceira, afetando também São Jorge e Graciosa. Foi sentido, com menos intensidade, no Pico e no Faial.



Maduro-Dias tinha vindo para se casar. Voltou para uma cidade que parecia ter sido devastada por uma guerra. “Uma das coisas mais importantes que temos é uma noção de ter sido roubado e de não voltar a ser o que era... Havia ruas em que não se podia passar. Não existia hipótese de andar de carro, não havia luz elétrica e quando soprava o vento, partes das janelas batiam. Tudo estava muito escuro”, conta.

O que mais o impressiona hoje é recordar “o que o sismo foi e até que ponto as pessoas conseguiram dar a volta por cima”.

No dia em que regressou, deram-lhe boleia pelo norte da ilha. As freguesias deitadas por terra desenrolavam-se do outro lado do vidro, até chegar à cidade derrubada. Algumas zonas resistiram. A parte das Avenidas Novas permanecia quase intocada, com luz elétrica e tudo.

Dos tempos no Gabinete da Zona Classificada, que surgiu em 1987, depois da extinção do Gabinete de Apoio à Reconstrução (GAR), criado poucos dias depois do terramoto, guarda a lição de que “não se deve esperar dos outros que façam o que achamos que deviam fazer”.

O diálogo, diz, foi sempre mais difícil com as instituições governamentais e não com o cidadão comum, até porque deviam ser as primeiras a dar o exemplo.

No seu trabalho garante que o que pretendeu foi preservar ao máximo o carácter da cidade. Francisco Maduro-Dias rejeita que tenha havido um qualquer plano para retirar as famílias mais pobres do centro de Angra do Heroísmo.

“É verdade que as pessoas mais desfavorecidas, muitas, tiveram de sair da cidade, mas não foi intencional. O que se passou foi que a capacidade financeira de responder às questões é que mandou”, reflete.

Quando se dá o sismo, o caminho encontrado para a reconstrução foi a disponibilização de materiais de construção e a possibilidade de contrair empréstimos com juros baixos para a altura, na Caixa Geral de Depósitos, o que dividiu o esforço financeiro pela população.

Entretanto, foram criados três bairros novos para tentar responder à situação das pessoas que tinham ficado sem casa, porque havia muitas habitações arrendadas. “O que aconteceu foi que a legislação criou o que se chamava um certificado de sinistrado, que podia tanto ser dado ao agregado familiar como ao edifício. A casa caída era sinistrada. Se fosse minha e quisesse recuperá-la, ótimo. Se a quisesse vender, ela ti-

na e não se certificado de sinistrada e o indivíduo que a comprasse ia com o certificado ao GAR pedir as ajudas. Quem tinha a casa arrendada, podia também ir ao GAR e perguntar se podia fazer algo num pedaço de terra numa freguesia. E podia. Muita coisa aconteceu”, avança Maduro-Dias.

Quanto aos bairros, quem tinha algumas condições podia comprar casa em Santa Luzia. Depois, havia a possibilidade de ir para casas pré-fabricadas no Lameirinho. “Quem não tinha rigorosamente nada, nem a própria Região tinha espaços vazios em torno da cidade e não podia adquirir os imóveis, a não ser expropriando (e não havia condições técnicas nem financeiras). O lugar que havia era na Terra Chã”, afirma.

Álvaro Monjardino, que na altura do sismo era presidente da Assembleia Legislativa Regional e que foi o grande impulsionador do processo de classificação de Angra do Heroísmo como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, rejeita claramente que se tenha tentado desenhar uma cidade apenas para as elites.

“Ninguém quis fazer nada para por os pobres daqui para fora. Tenho medo quando surge alguém a dizer isso. Não sei como é que há gente que acredita”, afirma.

Admite que houve um bairro para pessoas pobres, o da Terra-Chã, que foi oferecido pelos norte-americanos e “não houve foi coragem para dizer que não”.

“Havia muita gente do Governo



Regional que não queria aceitar o bairro, que foi pago pelos americanos. Não se atreveram a dizer não, porque era algo que vinha naqueles moldes, mas havia consciência de que podia ser um erro”, sublinha.

“Essa ideia de que se empurrou os pobres é uma grande injustiça”, defende. O que aconteceu foi um movimento natural para fora da cidade, considera. “Quem morava, por exemplo, nos Quatro Cantos, quando começou a ter acesso, a preço barato, a terrenos onde pudesse construir uma casa com o seu quintal e tudo mais, saiu. É por isso que a freguesia da Sé perdeu metade da sua população e nunca mais a recuperou”, aponta.

A tarefa de reconstruir era enorme. O sismo matou 73 pessoas e fez 400

feridos. Foram 21 mil desalojados e 12 mil estruturas danificadas.

Álvaro Monjardino encara o pós-sismo como um dos períodos mais interessantes da governação regional: “Foi preciso dar uma resposta e foi uma resposta bem dada. Muito rápida, muito eficaz e muito bem conduzida. Esta gente aqui começou logo a reconstruir. Logo. O Governo Regional, que estava em boas relações com o primeiro-ministro, Sá Carneiro, percebeu isso e surgiu a estratégia de dar acesso a crédito bonificado, numa altura em que os juros eram caríssimos. As pessoas aceitaram e foi-se em frente. Sem resmungos nem lamentações. Foi das experiências mais positivas que eu conheci na vida política”. ❏

A doença holandesa

Qual foi o verdadeiro impacto do sismo na economia da Terceira? Com uma grande parte da ilha para reconstruir e acesso a crédito bonificado por parte dos particulares, há quem defenda que se viveu um dos períodos mais prósperos. Contudo, o economista Tomaz Dentinho avisa que o fenómeno não pode ser encarado de forma linear e sustenta que na Terceira se assistiu ao fenómeno chamado “doença holandesa”.

“Com o sismo, há um boom da economia através da construção, mas os empresários desviam-se do que é a sua atividade exportadora. Há um crescimento de empresas de construção, quando podia ter havido aposta no turismo ou nos laticínios”, sustenta.

A designação surge quando os

holandeses se dão conta, nos anos 60, de que estavam a ficar mais pobres, apesar das reservas de petróleo do Mar do Norte. “Há um bem aparente, um excesso de riqueza, de dinheiro falso, que provoca pobreza”, sustenta o professor da Universidade dos Açores.

Um texto relativo a uma intervenção no debate sobre o Plano de Atividades do Gabinete de Apoio e Reconstrução para 1982/84 avança que o sismo, o mais violento dos últimos 200 anos em Portugal, atingiu “57% do parque habitacional das três ilhas (Terceira, São Jorge e Graciosa), além dos templos e de edifícios públicos, desalojando 21 500 pessoas- 28% da população- e causando prejuízos estimados em 24,6 milhões de contos”.

Cálculos realizados a partir de uma ferramenta disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística indicam que o valor dos danos situar-se-ia hoje em quase 950 milhões de euros.

Outra dúvida que permanece relativa à reconstrução é a solidez estrutural dos edifícios. A ilha foi inundada em 1980 por trabalhadores da construção civil, mais e menos qualificados. Muitas vezes, as casas voltaram a erguer-se pelas mãos dos proprietários, família e vizinhos. Francisco Maduro-Dias, antigo responsável pelo Gabinete da Zona Classificada, admite alguma incerteza: “O que é que está por baixo do aspeto que a gente tem? Não há dois terramotos iguais. Que solidez temos? Ninguém, literalmente, sabe”. ❏